

MEMÓRIA. JOÃO PESSOA. BR – INFORMATIZANDO A HISTÓRIA DO NOSSO PATRIMÔNIO

Pautília Costa Alves Cavalcanti¹; Isabel van der Linden²; Maria Berthilde Moura Filha³

Centro de Tecnologia/Departamento de Arquitetura/ PROBEX

RESUMO

O Projeto de Extensão Memória. João Pessoa.br -Informatizando a história do nosso patrimônio, tem por objetivo principal divulgar e fazer chegar à população em geral informações sobre o patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa, para que através do conhecimento sobre este patrimônio seja possível reforçar a relação entre o cidadão e a sua cidade, consolidando a memória coletiva e conscientizando quanto à necessidade de preservar os registros físicos da história de sua cidade. A divulgação destas informações através de uma página na internet passa a constituir uma iniciativa de educação patrimonial, suscitando na população a atenção para com a preservação do patrimônio histórico da cidade de João Pessoa.

PALAVRAS-CHAVE

Patrimônio; Cultura; Educação Patrimonial.

INTRODUÇÃO

As primeiras ações sistemáticas de preservação do patrimônio no Brasil datam da década de 1930, quando foi criado pelo Governo Federal, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN. Naquela época, dezenas de edifícios considerados de relevante valor para a manutenção da memória nacional foram tombados e passaram a ter a sua manutenção assegurada juridicamente, através do Decreto Lei 25/37, que instituía a conservação destes bens de interesse público, pelo fato de serem registros da história do nosso país, ou pelo “excepcional valor artístico” que possuíam.

Na Paraíba, vinte e um bens foram protegidos, ao longo dos anos, por esta ação de tombamento promovida pelo Governo Federal, sendo que destes, onze se situam no município de João Pessoa. Atualmente, é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – herdeiro do dever de manter tal acervo.

Posteriormente, na década de 1970, a ação de proteção do patrimônio brasileiro foi descentralizada, com a criação de órgãos de preservação estaduais, cabendo a estes tomar e assegurar a manutenção daqueles bens que eram parte da história e da produção artística local. Como consequência desta medida, na Paraíba, foi criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba. A partir de então, o IPHAEP passou a atuar no tombamento de edifícios, conjuntos edificados e sítios urbanos que relatavam o percurso histórico do Estado.

A criação destes órgãos estaduais de preservação foi resultado de decisões tomadas no 1º Encontro de Governadores de Estados, ocorrido em Brasília, em 1970, o qual tinha por objetivo “o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional”. O documento que resultou deste encontro de governadores, o “Compromisso de Brasília”, recomendava uma série de outras medidas essenciais para a salvaguarda do patrimônio, entre as quais tinha relevância a educação patrimonial.

Sobre esta questão, registrou o Compromisso de Brasília: “*Sendo o culto ao passado elemento básico da formação da consciência nacional, deverão ser incluídas nos currículos escolares, de nível primário, médio e superior, matérias que versem o conhecimento e a preservação do acervo histórico e artístico, das jazidas arqueológicas e pré-históricas, das riquezas naturais, e da cultura popular (...)*”.²

Apesar de ser reconhecida como uma ação fundamental para a preservação do patrimônio, a educação patrimonial não foi devidamente valorizada pelos órgãos de fomento à cultura e de proteção do patrimônio no Brasil. A longo prazo, isto tem repercutido de forma negativa, pois apesar do nosso acervo patrimonial estar salvaguardado através do instrumento jurídico do tombamento, torna-se difícil obter o apoio da sociedade para a preservação destes bens, pois esta, por desconhecimento quanto à importância que os mesmos têm para manutenção da memória coletiva, não valoriza, e principalmente, rejeita as medidas de preservação impostas pelo poder público.

Com o objetivo de contribuir para sanar esta defasagem da população em relação ao conhecimento da sua própria história, contada através do acervo patrimonial tombado, surgiu a ideia do projeto de extensão denominado “Memória João Pessoa. Br – informatizando a história do nosso patrimônio”.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia adotada para este projeto foi muito mais de estratégias de ação, tendo em vista que o referido projeto tem como suporte uma monografia de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, intitulada “Patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa – um pré-inventário”, realizada no ano de 1985.

Desta forma, visando disponibilizar as informações contidas no referido trabalho para ingresso aberto a toda a comunidade, foi colocada como meta deste projeto de extensão a digitalização do conteúdo do referido inventário, preparando-o para divulgação por meio virtual, tornando-o acessível a todos.

Para isso foram traçadas três diretrizes de ações: a primeira delas foi a revisão de todo conteúdo da referida monografia, fundamental para sanar quaisquer erros contidos em sua versão original, sem, no entanto, a intenção de alterar seus dados, tendo em vista que a mesma trata-se de um registro a década de 1980. A segunda delas foi a digitalização de todo conteúdo gráfico e fotográfico da monografia (croquis de localização e fotografias), que foram devidamente trabalhadas a fim de melhorar sua apresentação. E a terceira ação foi a construção de um banco de dados sobre o qual foram inseridas todas as informações processadas nas etapas anteriormente especificadas.

Executadas estas três ações o conteúdo da referida monografia está pronto para ser lançada em espaço virtual, de maneira sistemática, acessível a toda população.

RESULTADOS

Após a revisão e digitalização dos dados contidos no trabalho tomado como base estas informações foram lançadas em um banco de dados informatizado estando preparadas para serem disponibilizadas para consulta irrestrita por meio de um espaço virtual. Para uma consulta mais sistemática do conteúdo deste trabalho, foi elaborada uma ficha, que trata individualmente sobre cada um dos bens inventariados. (Figura 1)

Nesta ficha constam informações históricas acompanhadas de referências bibliográficas. O registro fotográfico é composto de fotos antigas, bem como aquelas constantes na monografia de 1985 confrontadas com imagens atuais. Há um campo reservado para a identificação do imóvel, acompanhado de um croqui de localização. Em outro quadro de caracterização, informa-se sobre época de construção, proteção existente e tipologia arquitetônica original. Uma vez que estes dados são referentes ao ano de 1985, há ao final de cada ficha um espaço reservado para informações atualizadas, além de links que remetem a trabalhos acadêmicos e referências bibliográficas específicos sobre aquele bem inventariado.

Concluídas as etapas de produção das informações, a meta passou a ser a construção de uma base de dados informatizada que possibilitasse aos usuários uma consulta fácil, rápida e interativa ao conteúdo trabalhado através de um *home page*. Concluído este banco de dados, o trabalho encontra-se pronto para ser disponibilizado em um espaço virtual permitindo a consulta irrestrita pela comunidade, cumprido-se a meta deste projeto. (Figura 2)

CONCLUSÃO

Na década de 1980, a execução de um inventário do patrimônio arquitetônico e urbanístico da cidade de João Pessoa representou o cumprimento de uma das recomendações já contidas no referido Compromisso de Brasília, o qual determinava: “*Caberá às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto à melhor elucidação do passado e à avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna*”.³

Cumprido este objetivo inicial, constatou-se que o esforço de reunir informações sobre o nosso patrimônio não havia sido frutífero uma vez que estas apenas eram acessíveis aos estudantes e profissionais da área da arquitetura. Para que este esforço fosse validado, foi preciso esperar pelas possibilidades geradas pela internet, que oferece meios de divulgação de conhecimento, sem requerer investimentos consideráveis e atingindo um público alvo incalculável. Daí surgiu a idéia de informatizar a história do nosso patrimônio.

Ao concretizar esta idéia, o original trabalho acadêmico foi transformado em uma ação de educação patrimonial, e transcorridos mais de vinte anos, veio cumprir seu verdadeiro papel perante a sociedade. Isto ocorre tardiamente, pois já em 1976, a Carta de Nairobi colocava a educação entre as recomendações essenciais para a melhor preservação do patrimônio, referindo-se que “*A tomada de consciência em relação à necessidade da salvaguarda deveria ser estimulada pela educação escolar, pós-escolar e universitária e pelo recurso aos meios de informação tais como os livros, a imprensa, a televisão, o rádio, o cinema e as exposições itinerantes*”.⁴

Toma-se consciência que não há melhor forma de vermos nosso patrimônio preservado, do que educando e informando a população sobre sua real importância histórica e artística, e nos dias de hoje o meio de maior divulgação é mesmo o espaço virtual, aqui utilizado para dinamizar esta educação patrimonial.

Aponta-se ainda a relevância acadêmica deste projeto no sentido de vir a ser mais uma ferramenta de pesquisa para profissionais da área de arquitetura e urbanismo, sendo de interesse para aplicação em trabalhos acadêmicos, tendo assim o projeto Memória. João Pessoa. BR uma interface com o ensino e pesquisa por parte de discentes e docentes. No entanto, seu maior mérito é constituir uma ação de educação patrimonial, divulgando de forma irrestrita o patrimônio arquitetônico e urbanístico de João Pessoa.

Este trabalho é válido, também, pela elaboração de uma base de dados informatizada, com possibilidade de vir a ser atualizada, em etapa posterior, de modo a oferecer não só as informações sobre o patrimônio da cidade de João Pessoa, mas de todo o Estado da Paraíba, ampliando futuramente o interesse dos usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AQUINO, Aécio Vilar de. *Filipéia, Frederica, Paraíba – os cem primeiros anos de vida social de uma cidade*. João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1988.
- BARBOSA, Cônego Florentino. *Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba*. João Pessoa: A União Ed., 1953.
- HERCKMAN, Elias. Descrição Geral da Capitania da Parahyba. *Almanach do Estado da Parahyba*. Ano IX. Parahyba: [Imprensa Oficial], 1911.
- LEAL, José. A evolução dos bicos metropolitanos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba*. N. 20. João Pessoa, 1974. p. 51-58.
- MACHADO, Maximiano Lopes. *História da Província da Paraíba*. Vol I. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1977.
- MENEZES, José Luiz Mota. *Algumas notas a respeito da evolução urbana de João Pessoa*. Recife: Pool Editora, 1985.

MOURA NETO, Aníbal Victor de Lima e; MOURA FILHA, Maria Berthilde; PORDEUS, Thelma Ramalho. *Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico de João Pessoa: um pré inventário*. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1985. Monografia de conclusão da graduação em Arquitetura.

NÓBREGA, Humberto. *Arte colonial da Paraíba: Igreja e Convento de Santo Antônio*. João Pessoa: Ed. Universitária/Universidade Federal da Paraíba, 1974.

PINTO, Irineu Ferreira. *Datas e notas para a história da Paraíba*. Vol I e II. João Pessoa: Ed. da Universidade Federal da Paraíba, 1977.

NOTAS

1 – As autoras estão vinculadas ao Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Paraíba, e desenvolveram o projeto que gerou o presente artigo, através do Programa de Bolsas de Extensão – Probex/UFPB, no período de Junho a Dezembro de 2006. O projeto é coordenado pela Profa. Dra. Maria Berthilde Moura Filha, sendo Pautília Costa Alves Cavalcanti e Isabel van der Linden graduandas do curso de Arquitetura.

2 – Compromisso de Brasília. 1º Encontro dos Governadores de Estados, Secretários Estaduais da área cultural, Prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais. www.lphan.gov.br

3 – Idem.

4 – Recomendação de Nairóbi. 19ª Sessão Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. www.lphan.gov.br



	Identificação do Imóvel		
	Denominação: Sobrado Conselheiro Henriques		
	Logradouro: 81	Bairro: Centro	
	Proprietário: CIA Usina São João		
		Caracterização do Imóvel	
		Época de Construção: Séc. XVIII	
		Tipologia Original: Arquitetura Civil de função privada	
		Proteção: Tombado / IPHAEP	
<p>Histórico:</p> <p>Localizado à Praça João Pessoa , antiga Praça Comendador Felizardo, foi construído por iniciativa do Governador Camilo de Holanda com o fim específico de abrigar a Escola Normal é inaugurado em 30 de março de 1919.</p> <p>Até então essa escola funcionava no antigo Palacete Presidencial, hoje Núcleo de Arte Contemporânea da UFPB . Contudo, aquelas acomodações já não mais atendiam a demanda dos alunos, tornando-se indispensável a construção de um novo edifício, compatível com as novas necessidades . Desse modo se partiu para edificar o predio em questão .</p> <p>As obras foram iniciadas em 1917, seguindo o projeto do arquiteto Otávio Freire, o qual, a principio também as supervisionou. Porém, quando o edifício foi inaugurado, as mesmas estavam a cargo da firma Cunha e Di Lászio.</p> <p>O projeto se enquadra no movimento eclético, e foi elaborado dentro das normas técnicas inerentes ao um bom funcionamento da atividade a que se destinava a edificação, tendo sido a Escola considerada na época uma das mais bem instaladas do país</p> <p>Com a inauguração em 1939, do Instituto de Educação, atualmente Liceu Paraibano, a Escola Normal transformada então em Escola de Professores, foi transferida para aquela conjunto educacional.</p> <p>Assim, em julho do mesmo ano, este veio a abrigar Tribunal de Apelação e outras repartições da justiça, sendo para tanto reformado e ampliado, passando a ter a denominação de Palácio da Justiça .</p> <p>O Tribunal antes de aí se estabelecer já havia funcionado no prédio do antigo Tesouro Estadual - Local onde se encontra Comando Geral da Polícia, no Palácio do Governo, na antiga Faculdade de Direito e no prédio onde hoje funciona o Jornal "A União" , na Av general Osório. Além destes</p>			
<p>Informações Complementares:</p>		Mais fotos	
		O imóvel hoje	
		Trabalhos Acadêmicos	
		Referências Bibliográficas	

Figura 1 – Ficha cadastral desenvolvida para a apresentação dos bens patrimoniais inventariados

memória. joão pessoa. br

LINK
LINK
LINK
LINK
LINK
LINK



GUESTBOOK QUEM SOMOS? FALE CONOSCO LINKS ÚTEIS

Figura 2 – Estudo desenvolvido para a apresentação da página na internet